



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA N. 7, DE 17 DE JANEIRO DE 2007\***

Dispõe sobre concessão de bolsas de pós-graduação e dá outras providências.

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso da competência conferida pelos artigos 5º e 15 do Ato nº 275, de 15 de dezembro de 2005,

#### **RESOLVE:**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Portaria disciplina, para o exercício de 2007:

I - a concessão de bolsas de pós-graduação (art. 5º do Ato nº 275/2005);

II - a realização de cursos de pós-graduação específicos mediante convênio, acordo ou instrumento equivalente com instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (art. 13 do Ato nº 275/2005).

#### **CAPÍTULO II DA CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

##### **Seção I**

##### **Do Processo Seletivo**

Art. 2º O processo seletivo se destina à concessão de 67 (sessenta e sete) bolsas de pós-graduação, obedecendo-se à distribuição e aos critérios previstos nos Anexos I e II, respectivamente, e considerando-se a manifestação favorável do titular da unidade de lotação do servidor.

§ 1º Os critérios indicados nos incisos I e II do Anexo II serão avaliados pelo titular da unidade de lotação do servidor e pela Assessoria de Gestão Estratégica, respectivamente.

§ 2º O tempo de que tratam os incisos IV, V e VIII do Anexo II será computado a partir do término do período de inscrição no processo seletivo.

§ 3º Em caso de empate de pontos entre dois ou mais servidores, será contemplado com a bolsa de pós-graduação, pela ordem, o servidor que obtiver maior pontuação nos critérios especificados nos incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII do Anexo II; persistindo o empate, será agraciado o servidor mais idoso.

Art. 3º O processo seletivo observará as etapas e períodos especificados no Anexo III.

Art. 4º Para participar do processo seletivo, o servidor deve preencher formulário de inscrição, na forma do Anexo IV, disponível na intranet.

#### Superior Tribunal de Justiça

Art. 5º Os resultados preliminar e final do processo seletivo serão divulgados no Boletim de Serviço e na intranet.

Art. 6º A classificação obtida no processo seletivo não gera direito à bolsa de pós-graduação.

Art. 7º O recurso interposto contra o resultado preliminar do processo seletivo será apreciado por comissão integrada pelos seguintes membros:

I - um servidor indicado pelo Diretor-Geral;

II - um servidor indicado pelo titular da unidade de gestão de pessoas;

III - um servidor indicado pelo titular da unidade de controle interno.

§ 1º O parecer emitido pela comissão será submetido ao Diretor-Geral, a quem compete decidir o recurso.

§ 2º Para interpor recurso, o servidor deve utilizar o formulário apresentado no Anexo V, disponível na intranet, encaminhando-o à unidade de gestão de pessoas, observando o período estabelecido no Anexo III.

§ 3º Não cabe recurso contra o resultado final.

Art. 8º É facultada a participação no processo seletivo ao servidor que, no período de inscrição, estiver participando de curso de pós-graduação.

Parágrafo único. O servidor de que trata o *caput*, se vier a ser beneficiado com a bolsa de pós-graduação, fará jus ao reembolso dos valores despendidos para participar do curso a partir do resultado final, observados o valor máximo estabelecido no art. 9º desta Portaria e o disposto no art. 7º do Ato nº 275/2005.

#### Seção II

##### Das Bolsas de Pós-Graduação

Art. 9º O valor máximo da bolsa de pós-graduação é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A concessão da bolsa far-se-á mediante o reembolso de parcelas sucessivas, contemporâneas ao aprendizado do servidor, vedado o pagamento antecipado do valor integral ou de parcela.

Art. 10. Concedida a bolsa de pós-graduação e havendo desistência por parte do beneficiado, ela será destinada ao próximo classificado na mesma unidade de lotação do desistente.

Parágrafo único. A desistência, durante o processo seletivo ou antes de iniciado o curso, deve ser comunicada pelo servidor à unidade de gestão de pessoas e à respectiva chefia imediata.

Art. 11. O primeiro pedido de reembolso do valor despendido pelo servidor para participar do curso de pós-graduação deve ser protocolizado no Tribunal até 31 de agosto de 2007.

Parágrafo único. Em caso de inobservância do disposto no *caput*, a bolsa de pós-graduação será cancelada.

#### Superior Tribunal de Justiça

Art. 12. O servidor contemplado com bolsa de pós-graduação deve encaminhar à unidade de gestão de pessoas Termo de Compromisso preenchido e assinado, na forma do Anexo VI, disponível na intranet.

### CAPÍTULO III DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECÍFICOS

Art. 13. Os cursos de pós-graduação para turmas específicas serão realizados mediante autorização do Diretor-Geral, mediante proposta da unidade de gestão de pessoas.

§ 1º Para a realização dos cursos será celebrado convênio, acordo ou instrumento equivalente entre instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e o Tribunal, observadas as normas legais e regulamentares.

§ 2º Os cursos serão custeados pelo Tribunal na forma estabelecida no convênio, acordo ou instrumento equivalente.

Art. 14. Ao servidor participante de cursos de que trata o art 13 aplicam-se, no que couber, as disposições do Ato nº 275/2005.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

\* Republicação por ter saído com incorreção no Boletim de Serviço Eletrônico de 26 de janeiro de 2007

Anexo I\*  
(Art. 2º da Portaria nº 07, de 17 de Janeiro de 2007)

UNIDADE	QUANTIDADE DE BOLSAS
Gabinetes dos Ministros, do Ministro Diretor da Revista e da Vice-Presidência	35
Gabinete da Presidência	02
Secretaria de Comunicação Social	01
Secretaria Judiciária	02
Secretaria dos Órgãos Julgadores	12 <sup>1</sup>
Secretaria de Gestão de Pessoas	02
Secretaria de Documentação	02
Secretaria de Tecnologia da Informação	02
Secretaria de Segurança	01
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	01
Secretaria de Administração e Finanças	02
Secretaria de Controle Interno	02
Secretaria de Jurisprudência	02
Gabinete do Diretor-Geral	01
Total	67

Notas:

1. Do total de bolsas destinadas à Secretaria dos Órgãos Julgadores será concedida uma para cada Coordenadoria.

\* Republicação por ter saído com incorreção no Boletim de Serviço Eletrônico de 26 de janeiro de 2007.



Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 26 jan. 2007.

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 2 fev. 2007 (republicação).

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 16 fev. 2007 (republicação).